

**GEOGRAFIA E AS QUESTÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO DO
TRABALHO: FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE INSERÇÃO DAS
MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL**

**GEOGRAPHY AND GENDER ISSUES AT WORK CONTEXT:
INTEGRATION OF CONTEMPORARY FORMS OF WOMEN IN
FORMAL LABOUR MARKET**

**GEOGRAFÍA Y GÉNERO CUESTIONES EN CONTEXTO DE
TRABAJO: INTEGRACIÓN DE LAS FORMAS
CONTEMPORÂNEAS DE LA MUJER EN EL MERCADO DE
TRABAJO FORMAL**

Laudicéia Lourenço de Araújo¹

laudiceia.geografia@gmail.com

RESUMO

Este trabalho visa contribuir para a discussão e reflexões sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho formal. Essa evidência também é responsável por trazer para as mulheres maior grau de precarização no exercício de sua atividade laboral. Posto isto, temos por objetivo buscar a relação existente entre a territorialização da terceirização e as novas formas de introdução das mulheres no emprego formal. Para tanto, adotamos como metodologia, a pesquisa bibliográfica, em livros e artigos que abordam as mudanças advindas com o processo de flexibilização do trabalho no limiar do século XXI e o estudo sobre as relações de gênero no Mundo do trabalho, no intuito de buscar uma explicação para a subordinação das mulheres.

Palavras-chave: Geografia; Território; Trabalho; Terceirização; Gênero.

ABSTRACT

This paper aims to contribute to the discussion and reflection on the women's integration into the formal labor market. That said, we aim to investigate the relationship between the territorial outsourcing and new forms of introduction of women in formal employment. We notice that this reality is also responsible for bringing women greater degree of insecurity in the exercise of their work activities. On this purpose, we have adopted as methodology the bibliographical review - literature, books and articles - that cover the changes stemming from the flexible working process in the twenty-first century and the study of gender relations at work in the world, from which we want to seek an explanation for women's subordination.

Keywords: Geography; Territory; Labor; Outsourcing; Genre.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo contribuir con la discusión y la reflexión sobre la integración de las mujeres en el mercado laboral formal. Esta descripción también es responsable de traer a las mujeres mayor grado de inseguridad en el ejercicio de sus actividades laborales. Dicho esto, nuestro

¹ Aluna do Curso de Geografia bacharel na UFG – Regional Catalão; mestranda em Geografia junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG – Regional Catalão. Membro dos Grupos de Pesquisa Geografia, educação, espaço urbano em ação (GEEUAÇÃO/UFG-RC) e do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho (Dialogus/UFG-RC).

objetivo es perseguir la relación entre la externalización territorial y nuevas formas de introducción de la mujer en el empleo formal. Con este fin, hemos adoptado como metodología, literatura, libros y artículos que cubren los cambios derivados del proceso de trabajo flexible en el lineal del siglo XXI y el estudio de las relaciones de género en el trabajo en el mundo, que desea buscar una explicación de la subordinación de las mujeres.

Palabras clave: Geografía; Territorio; Trabajo; La externalización; Género.

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende realizar uma análise da questão de gênero no contexto do trabalho diante das novas formas de inserção das mulheres no mercado de trabalho formal, em especial, nas empresas terceiras que se territorializam no espaço geográfico. A década de 1990 no Brasil foi marcada pela combinação de três grandes processos (neoliberalismo, reestruturação produtiva e globalização), os quais proporcionam no território mudanças significativas no processo de apropriação dos recursos naturais e sociais.

Nesse contexto, primeiramente, realizaremos uma breve descrição do processo de trabalho na produção do espaço geográfico. Mulheres e homens participam igualmente dessa produção e conseqüentemente da criação dos diversos territórios. É por meio do trabalho que a classe trabalhadora e o capital controlam e regulam as relações materiais entre o convívio social e a Natureza, uma atuação permeada pela troca simultânea. Ao se apropriar da natureza para garantir sua sobrevivência, o Homem transforma a si mesmo.

É preciso enfatizar que a territorialização se realiza no momento de apropriação social de um fragmento do espaço (território). Essa apropriação parte das relações sociais permeadas pelo poder presente nas regras e normas, nas condições naturais que o meio ambiente oferece, por meio do trabalho em suas múltiplas formas de atuação, na utilização de técnicas, na comunicação, nos conflitos, nas diferenças historicamente determinadas pela Sociedade.

Diante dessa conjuntura, pensar nas mudanças ocorridas no território por meio do trabalho e na terceirização como porta de entrada para as mulheres no mercado de trabalho formal, ao realizarmos reflexões acerca do trabalho destinado às mulheres de maneira geral, observamos que a inserção feminina nesse mercado de terceirização vem aumentando.

Desta feita, a entrada das mulheres nas empresas terceiras proporciona a sua emancipação social e também acentua a precarização de sua atividade laboral, sendo a terceirização compreendida como o principal mecanismo de contratação de trabalhadoras e

trabalhadores na atualidade, sustentada pela crescente flexibilidade do trabalho, evidenciado pela multiplicação de empresas terceiras no início do século XXI.

A superexploração do trabalho está associada às novas formas de contratação da classe trabalhadora para o trabalho formal, como emprego temporário, cooperativas de trabalho e demais formas de contrato de trabalho assalariado. Essas inúmeras formas de relações de trabalho correspondem a práticas flexíveis de empregos, estando presentes em todas as partes do mundo capitalista, associadas aos processos de reestruturação das forças produtivas do capital.

Utilizando-se a leitura dialética é possível ter uma melhor compreensão sobre os movimentos do capital no território. Assim, partimos do entendimento do processo de reestruturação produtiva, que acentuou as desigualdades nos países, proporcionando a diversificação na divisão do trabalho e graves danos à classe trabalhadora.

Após essas considerações, iniciamos nosso estudo sobre as mulheres no mercado de trabalho formal e suas conquistas.

AS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL E SUAS CONQUISTAS

Conforme as sociedades foram se desenvolvendo, houve a necessidade de uma análise que retratasse as mudanças no território em decorrência da atuação humana sobre o espaço geográfico e por meio do trabalho e dos processos de acumulação de riquezas. Diante disso, torna-se pertinente uma leitura geográfica desses movimentos. A fim de compreender as dinâmicas socioespaciais, geógrafas e geógrafos têm desenvolvido reflexões sobre as condições de atuação da classe trabalhadora nos últimos anos, em especial das mulheres que, historicamente, sofrem com a superexploração do capital.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho formal no limiar do século XXI desperta nosso interesse em entender a terceirização como porta de entrada para as trabalhadoras, que, por meio deste trabalho, muitas vezes precário, alcançam algumas conquistas como a aquisição de bens materiais e a emancipação social.

Realizando essas reflexões acerca das mulheres no mundo do trabalho, percebemos que a territorialização do trabalho ocorre também por meio das empresas terceiras. Nesse sentido, o olhar geográfico é central para analisar como ocorrem as transformações no território e na vida da classe trabalhadora.

Entendemos aqui que o fazer geográfico é um dos conhecimentos mais antigos, suas raízes estão nos primeiros registros dos povos primitivos que retratam o cotidiano e suas experiências no espaço geográfico, associados a uma prática descritiva que posteriormente teve a função de sanar problemas imediatos como a ocupação do território e exploração dos recursos naturais. Assim, após a evolução desses povos em “Sociedade Civilizada” a Geografia se torna uma ciência moderna, que busca compreender a relação Sociedade (Homem) X Natureza.

Com a marcha do capitalismo sobre o território, o processo de ocupação e apropriação dos recursos naturais se acentua, utilizando-se das técnicas no processo de produção, aliado à informação, que hoje é um importante componente da divisão do trabalho, divisão compreendida pela análise da distribuição dos recursos geograficamente localizados no espaço.

Para o geógrafo Milton Santos (2012),

A primeira presença do homem é um fator novo na diversificação da natureza, pois ela atribui às coisas um valor, acrescentando ao processo de mudança um dado social. Num primeiro momento, ainda não dotado de próteses que aumentem seu poder transformador e sua mobilidade, o homem é criador, mas subordinado. Depois, as invenções técnicas vão aumentando o poder de intervenção e a autonomia relativa do homem, ao mesmo tempo em que se vai ampliando a parte da “diversificação da natureza” socialmente construída (SANTOS, 2012, p.131).

A partir do momento em que o Homem se apropria da Natureza e por meio de seu trabalho a transforma em mercadoria, para ser posteriormente consumida, e que a mesma tem um valor, valor de uso ou valor de troca, dá-se início a uma mudança social e com o incremento das técnicas vão-se ampliando a diversificação da natureza, proporcionando todas as divisões no território.

Para Rodrigues (2008), a produção do espaço geográfico acontece sob as relações capitalistas de produção, originando espaços desiguais e inter-relacionados, influenciados pela ação do Estado e do capital, gerando um desenvolvimento combinado e desigual. O autor esclarece ainda que

[...] o espaço geográfico não é só resultado da produção social, como também da ação da natureza, transformando esse espaço. Assim, tem-se um espaço historicamente resultante da dialética sociedade-natureza. O espaço geográfico é construído e reconstruído na relação sociedade-natureza (RODRIGUES, 2008, p.131).

Essa produção do espaço geográfico ocorre por meio do trabalho, logo partimos para o entendimento do trabalho como: ação realizada pelas trabalhadoras e trabalhadores na produção de alimentos, ferramentas, habitações, estradas, na limpeza, na manutenção, etc.; e é também pelo trabalho que mulheres e homens se relacionam no processo de reprodução.

Sobre o conceito de trabalho Albornoz (1992) nos diz que

[...] o trabalho é o pressuposto em uma forma que o caracteriza como exclusivamente humano. O trabalho do homem tem uma qualidade específica distinta de um mero labor animal. [...] Na outra ponta do processo de trabalho chegamos ao resultado já existente no início na imaginação do trabalhador. O homem é um ser que antecipa que faz projetos, que se representa mentalmente os produtos de que precisa. Antes da própria atividade, pela imaginação, o homem já contém em si o produto acabado (ALBORNOZ, 1992, p. 70).

A atividade laboral é fundamente do Ser humano, antes da execução de qualquer atividade o Homem a idealiza, elabora mentalmente como será o resultado de seu esforço laboral, havendo uma necessidade de consumo, que muitas vezes são necessidades criadas para garantir o consumo e posteriormente a acumulação.

Oliveira (1987) contribui ao argumentar que as relações de produção na sociedade capitalista são entendidas como as relações estabelecidas entre capitalistas, trabalhadoras e trabalhadores, cuja sua essência está no processo produtivo, podendo se diferenciar de acordo com o grau de desenvolvimento das forças produtivas (materiais), mas mantendo sua característica central: a busca do lucro.

As relações capitalistas de produção são relações baseadas no processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção, ou seja, os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho. Devem estar livres de todos os meios de produção. Esse processo, chamado pela ideologia capitalista de liberdade, assenta no processo de apropriação dos meios de produção dos trabalhadores, ocorrido em período histórico imediatamente anterior (OLIVEIRA, 1987, p. 59-60).

Percebemos que as relações capitalistas de produção se fundamentam na separação das trabalhadoras e trabalhadores dos meios de produção e do resultado de seu trabalho. Nesse processo de alienação do trabalho a classe trabalhadora não se reconhece no fruto de seu trabalho, estando imersa na falsa liberdade difundida pela ideologia capitalista. Este trabalho alienado é fundamental na manutenção do círculo de produção

capitalista, já que a classe trabalhadora não detém os meios de produção, mas sim, a força de trabalho que é vendida ao capitalista.

Na auto-alienação do processo de trabalho

[...] o trabalhador vende seu tempo, sua energia, sua capacidade a outrem. [...] os trabalhadores dos escritórios ou escolas, vende-se as personalidades: os sorrisos, a pontualidade, o senso de oportunidade, a aparência de confiabilidade. A empresa impessoal aliena o pessoal no indivíduo. Se em cada pedaço da produção um trabalhador faz o seu trabalho, o processo total sendo invisível o produto e o mesmo trabalho são alienados do produtor. Também as potencialidades intelectuais lhe são alienadas, pois a rotina, que visa o barateamento da produção, leva todos à idiotia da especialização. Num primeiro momento, exige-se o especialista; com o desenvolvimento da especialização, só é necessária uma massa de autômatos (ALBORNOZ, 1992, p. 35-36).

É importante observar que o desenvolvimento econômico se fundamenta na auto-alienação, e está, aliado ao progresso político, o qual permite ao Estado assumir a função de mediador (situação tensionada no neoliberalismo), dando suporte para as condições de expansão industrial. O capital cria de um lado condições para o rompimento das amarras tradicionais que prendiam as trabalhadoras e trabalhadores em seus ofícios, e de outro, os liberta, uma liberdade falsa, pois no capitalismo toda a classe trabalhadora se encontra aprisionada ao ciclo produtivo, seja efetivamente ou como exército de reserva.

Diante da consciência capitalista de se apropriar da força de trabalho, há uma intencionalidade no agir sobre o espaço geográfico, por meio da utilização de instrumentos e da divisão social do trabalho. As formações sociais na América-latina apresentam uma característica única ao pensarmos o seu território no contexto do capitalismo global, essa característica está na centralidade da superexploração do trabalho de mulheres e homens.

Esse padrão de superexploração da classe trabalhadora é marcante no cenário nacional e está, fundamentado nas condições de realização do trabalho, na remuneração abaixo da média quando comparada às demais organizações espalhadas pelo Mundo, situação que expressa no cotidiano a mais acentuada precarização na jornada de trabalho, mostrando a territorialização do capital na vida de mulheres e homens.

Para nós da Geografia Crítica a passagem do século XX para o XXI foi marcada pelo processo denominado Globalização, momento da informação, de novas técnicas, da apropriação do espaço geográfico com maior intensidade e da criação de novos territórios, aumentando a complexidade dos fenômenos econômicos, dos fluxos sobre o território,

enfim, é o momento do surgimento de novas formas e habilidades de trabalho justificadas pela flexibilização e expansão dos mercados.

Essas novas formas e habilidades de inserção da classe trabalhadora nas últimas décadas aparecem como trabalho, juntamente ao processo de desqualificação e precarização da realização da atividade laboral. Assim, a reprodução do capitalismo exige da trabalhadora e do trabalhador uma competência significativa ao operar um maquinário complexo, não importando qual *status* esta trabalhadora ou trabalhador tenha, pois se leva em conta a execução satisfatória de seu trabalho.

Conforme aponta Santana (2013), as

forças produtivas têm avançado de forma bastante acelerada e modificado as feições das sociedades como um todo, especialmente o mundo do trabalho. Sobre a base técnica da microeletrônica, o regime de acumulação “flexível” que se estrutura como resposta à crise do padrão fordista/taylorista conta com um crescente processo de destruição, fragmentação e heterogeneização da força de trabalho (SANTANA, 2013, p.108, grifos do autor).

Todas essas transformações no mundo do trabalho produzem territórios diferenciados no espaço geográfico, principalmente por meio da territorialidade cotidiana, realizada quando a classe trabalhadora estabelece relações sociais na vida em sociedade, relações mediadas pelo poder, linguagem e pelo trabalho e como este território é uma construção social, ele está sempre fundamentado pelos processos de apropriação e dominação do espaço e das pessoas.

Santos (2012) propõe que a divisão social do trabalho deve ser entendida também como divisão territorial do trabalho, pois depende diretamente dos componentes territoriais, combinados sistematicamente e aliados às noções de totalidade, tempo, distribuição de recursos e eventos. A divisão do trabalho é o motor da vida social e da diferenciação entre os territórios, portanto, uma forma de repartição do trabalho vivo.

Essa distribuição vista através da localização dos seus diversos elementos, é chamada de divisão territorial do trabalho. Essas duas formas de considerar a divisão do trabalho são complementares e interdependentes. Esse enfoque, todavia, não é suficiente, se não levarmos em conta que, além da divisão do trabalho vivo, há uma divisão territorial do trabalho morto. A ação humana tanto depende do trabalho vivo como do trabalho morto. O trabalho morto, na forma de meio ambiente construído (*built environment*) tem um papel fundamental na repartição do trabalho vivo. (SANTOS, 2012, p.139, grifos do autor).

Assim, compreendemos que a divisão do trabalho é o que move a vida da classe trabalhadora e promove a diferenciação entre os territórios e que a divisão social é a separação do trabalho vivo e morto, ambos complementares na dinâmica capitalista, promovendo feições no território. O que, antes era determinante para a sobrevivência hoje assume formas de acumulação de riquezas e precarização da força de trabalho.

Saquet (2015) comenta sobre o trabalho na interface entre a sociedade e a natureza, que em seu conteúdo social significa relações de poder e ideologia, em que ocorre a interação mão e cérebro, força e pensamento, “[...] está na base da construção, desconstrução e reconstrução do habitat e do território através da produção de objetos concretos (materializações) e de símbolos (econômicos, políticos e culturais), como a linguagem, [...]” (SAQUET, 2015, p.36).

É um esforço planejado e coletivo que se dá em um contexto de um mundo competitivo, onde estão as trabalhadoras que não só realizam serviços leves, mas trabalhos na agricultura, na indústria, e atividades antes ditas masculinas, como dirigir caminhões, segurança patrimonial, dentre outras. Grande destaque merece o trabalho das mulheres nas indústrias, pois, com a presença da máquina se torna irrelevante a diferença da força muscular em comparação aos homens, com isso, o capital busca mão-de-obra menos reivindicativa e submissa para assim manter as taxas de produtividade e lucro.

As mulheres de modo geral sempre estiveram na informalidade no mercado de trabalho, caracterizado por suas formas precárias de realização da atividade laboral, sendo trabalhos desvalorizados, muitas vezes que mantêm resquícios do ambiente privado, doméstico. O crescimento da inserção das mulheres na produção capitalista se deve

em grande medida, aos processos de terceirização que acompanham as metamorfoses nas relações de trabalho e emprego. Nesse caso, terceirização se articula com o núcleo formal da economia através de processos [...] de trabalhos produtivos e improdutivos e demonstrando a funcionalidade do trabalho informal ao modelo flexível de acumulação. Essa exploração mais intensa do trabalho se faz pelo retorno de formas de extração de mais-valia encobertas por formas de remuneração empregadas nos primórdios do capitalismo, tais como o trabalho domiciliar, o salário por peça etc., ainda que sob nova roupagem que venha a iludir a relação de intercâmbio entre o trabalho e capital (SANTANA, 2013, p.122).

Estando as mulheres realizando atividades dentro das empresas terceiras estas necessitam de alguns equipamentos sociais, como refeitórios nos locais de trabalho, escolas e creches para o cuidado com as crianças, dentre outros fatores relacionados ao ambiente

doméstico pelo, qual historicamente elas são as responsáveis, mesmo quando assumem outras atividades fora. Além disso, sua remuneração é fundamental para o sustento familiar.

A respeito da prática da terceirização, Druck e Borges (2002) observam que

[...] no plano do mercado de trabalho, os efeitos do processo que se iniciava seriam, sobretudo, o desemprego e a precarização dos vínculos e das condições de trabalho. E essa era a perspectiva, porque o movimento que deu origem à terceirização (a qual, como visto, viria a tornar-se ampla, geral e irrestrita) visou sobretudo à redução dos custos, com ênfase nos salários, encargos e benefícios. Em outras palavras, a opção por terceirizar devia-se menos à contribuição que esse processo poderia trazer em termos de ganhos de qualidade, de competitividade e de construção de um tecido econômico mais aberto à geração e disseminação de inovações tecnológicas e organizacionais (através da sinergia na rede de pequenas, médias e grandes empresas) e mais – quando não exclusivamente – à sua eficácia como estratégia para a redução de custos. (DRUCK; BORGES, 2002, p.123).

Percebe-se que a terceirização oferece vantagens significativas para o capital, primeiramente por demonstrar eficácia na redução de custos com salários, encargos e benefícios, o que se intensifica quando as mulheres assumem algum trabalho dentro da empresa que presta serviços – limpeza, alimentação, segurança matrimonial, etc., classificados como atividades meios – à outra empresa.

É uma força de trabalho duplamente explorada pelo capital, por ser uma mão-de-obra barata em relação aos homens e pelas mulheres realizarem as atividades reprodutivas no lar. Elas encontram nas empresas terceiras a oportunidade de terem a carteira de trabalho assinada, por meio do salário se torna possível adquirir algum bem material, qualificação profissional, etc., o que tende a aumentar o número de terceirizadas em território nacional após a aprovação do Projeto de Lei 030/2015 no Senado Federal.

Esse movimento das mulheres saírem do ambiente privado e adentrarem ambientes públicos, de participarem ativamente da produção, realizarem uma atividade prática material faz com que adquiram, uma dimensão emancipatória relevante no seu processo histórico e social. A divisão sexual e social do trabalho ocorre em decorrência das relações entre mulheres e homens e tradicionalmente relaciona as mulheres à esfera reprodutiva, às funções de menor valor social e, os homens, à esfera produtiva, às funções de maior prestígio social.

Nogueira (2006) nos alerta a respeito do uso do termo divisão sexual do trabalho, este

[...] deve ser compreendido como uma conceitualização na qual “as situações dos homens e das mulheres não são o produto de um destino biológico, mas são antes de tudo construções sociais”. Isso porque “homens e mulheres são mais que uma coleção de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo”. Enquanto tal, as relações sociais de sexo, “como todas as relações sociais, tem uma base material”, dada pelo “trabalho, e se expressam através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamado, de forma mais concisa: divisão sexual do trabalho” (NOGUEIRA, 2006, p. 16).

Diante dessa perspectiva entendemos a divisão sexual do trabalho como a maneira mais evidente de divisão social do trabalho entre os sexos. Hirata e Kergoat (2007) classificam como *fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos*, e na sua particularidade há dois princípios organizadores:

o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais que remetem ao destino natural da espécie (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.599, grifos das autoras).

Esses princípios são usados como justificativa para a apropriação do capital sob a força de trabalho das mulheres, pagando-lhes remuneração inferior em comparação aos homens, mas este é um processo social e histórico passível de mudanças; mudanças que são mais visíveis nos últimos anos, como as inúmeras mulheres que assumem todas as responsabilidades do lar, de provedora à cuidadora, e os novos arranjos familiares como relacionamentos entre os homossexuais, alterando o padrão normativo de família patriarcal.

Na sociedade capitalista a divisão sexual do trabalho ainda permanece, deixando sob a responsabilidade das mulheres as atividades domésticas, o cuidado com as crianças, com os afazeres do lar, mesmo quando elas exercem uma atividade remunerada no mercado de trabalho. Vale ressaltar que a atividade doméstica não é remunerada, sendo esta uma forma de trabalho.

Discorrer sobre a divisão sexual do trabalho é muito mais do que constatar a presença das diferenças entre homem e mulher na sociedade contemporânea. Em grande medida, é articular uma análise do real com uma reflexão sobre o processo, ou seja, o conjunto de elementos existentes nas especificidades de gênero e utilizados pela sociedade capitalista para controlar a hierarquização do modo de produção e

reprodução do capital. A desigualdade na divisão sexual do trabalho nas esferas produtivas e reprodutivas, portanto, é central para as relações de poder, principalmente o poder exercido pelos homens sobre as mulheres, presente na estrutura da família patriarcal (NOGUEIRA, 2006, p. 28-29).

Após essas considerações se torna fundante para a ciência geográfica a discussão de gênero aliada à compreensão dos elementos que o capital usa para controlar a hierarquização do modo de produção e reprodução. Não há neutralidade na divisão sexual do trabalho, há um conjunto de interesses que encobrem as relações de poder exercido pelos homens sobre as mulheres e que, sustenta a estrutura da família patriarcal.

Entender a estrutura da família patriarcal dentro da sociedade capitalista é situar as mulheres em igualdade de condições com os homens, desse modo, Saffioti (2004) enfatiza que no campo das relações de gênero,

[...] *os homens como categoria social* têm a liberdade quase absoluta, desfrutam de *autonomia*, conceito político, coletivo, cujo significado é não necessitar pedir licença à outra categoria de sexo para realizar seus projetos, seus desejos. Já as *mulheres como categoria social* precisam solicitar autorização à primeira categoria. Isso reforça o argumento de que a independência pessoal, ainda que importante, não é suficiente para transformar a *ordem patriarcal de gênero* em uma *ordem igualitária de gênero*. (SAFFIOTI, 2004, p. 50, grifos da autora).

Vista dessa maneira a relação patriarcal coloca as mulheres como “prisioneiras”, sendo necessária autorização por parte dos homens para que elas tenham acesso ao público, logo, percebe-se a submissão e que, a desigualdade entre os sexos compõe as relações de dominação do capital sobre elas, assim, a igualdade entre os sexos só se tornará real quando houver a conquista de uma verdadeira autonomia.

Ao propormos um debate sobre as questões de gênero no contexto do trabalho, torna-se central em nossa análise comentar sobre o movimento das mulheres feministas, as quais difundiram gênero na pesquisa social. O uso da palavra “gênero” busca retratar as relações entre os sexos, marcada por uma trajetória de lutas de movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas, em prol de direitos civis, humanos e igualdade com respeito às diferenças.

Nas palavras de Joana Maria Pedro (2005),

O uso da categoria de análise “gênero” na narrativa histórica passou a permitir que as pesquisadoras e os pesquisadores focalizassem as relações entre homens e mulheres, mas também as relações entre homens e entre

mulheres, analisando como, em diferentes momentos do passado, as tensões, os acontecimentos foram produtores do gênero [...] (PEDRO, 2005, p. 88, grifos da autora).

As discussões sobre gênero sofreram muita influência do movimento feminista, em especial o denominado Segunda Onda. Após a II Guerra Mundial as mulheres clamavam pelo direito ao corpo, ao prazer e principalmente contra o patriarcado. O movimento teve, maior visibilidade nos anos 1960, e questionava a utilização da palavra “Homem” como universal, ou seja, a designação Homem se referi a todos os seres humanos, sem distinção de sexo.

Neste contexto o movimento reivindicava em nome das “Mulheres” a utilização de terminologia que representasse de maneira genérica as questões específicas das mulheres, como direito ao seu corpo, de ter ou não filhos/as, de luta contra a violência doméstica, direito ao trabalho formal, divisão das tarefas e responsabilidades do lar, dentre outras.

Todo este debate ressaltou a importância de se analisar as relações de gênero presentes no Mundo do trabalho e que se acentua no limiar do século XXI, motivando o movimento feminista a escrever sobre a história das Mulheres, apontando as desigualdades entre os sexos, buscando conquistar a emancipação das mulheres e homens.

Nesse contexto, as mulheres que se inserem no mercado de trabalho formal, historicamente sempre estiveram na condição de inferioridade aos homens, subordinadas sofrendo com as relações sociais desiguais que naturalizam determinados papéis a mulheres e homens por meio da estrutura patriarcal. Na busca pela conquista da emancipação o movimento feminista pretende reduzir a gritante divisão sexual do trabalho, tanto no ambiente doméstico como no ambiente produtivo, diante das relações de trabalho e gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto teve como objetivo realizar uma leitura sobre as questões de gênero no contexto do trabalho a partir de uma compreensão da territorialização do trabalho, em especial, em empresas terceiras por estas se constituírem, na contemporaneidade, como uma das portas de entrada das mulheres no emprego formal.

A produção social se dá por meio da atividade laboral de mulheres e homens, apropriando-se de recursos para garantir sua sobrevivência e perpetuação pelo território.

Com a propriedade privada e, posteriormente, com o capitalismo ocorre a acumulação de capital e a acentuada desigualdade social que, aliadas ao sistema patriarcal produzem desigualdades entre os sexos.

Se o que nos diferencia dos demais animais é a consciência, a capacidade de elaboração do objeto para determinada necessidade, o processo de reestruturação produtiva também foi uma invenção para atender a necessidade do capitalismo de se expandir, com novos padrões de gestão do trabalho e do Estado que assume função de mediador na lógica neoliberal.

Produzindo territórios no espaço geográfico, a territorialização do trabalho ocorre em todas as partes do Globo, por meio da troca de força de trabalho por remuneração, troca de energia (força) e informação (conhecimento) entre mulheres e homens, troca do tempo livre pelo tempo aprisionado ao sistema.

Ao considerarmos a terceirização como a principal política de gestão, organização e inserção das mulheres no mercado de trabalho formal, entendemos que ela se torna a forma mais visível da flexibilização e precarização do trabalho na contemporaneidade. Sua atuação se dá por meio de contratos por tempo determinado, tempo parcial, para prestação de serviços a outras empresas que não têm responsabilidades com trabalhadoras e trabalhadores terceirizados/as, pois ao transferirem a tarefa a uma terceira, deslocam também os custos trabalhistas e com isso podem dedicar mais atenção à atividade principal mais lucrativa.

Atualmente (2015) presenciamos algumas discussões no Senado Federal para permanecer a lógica hegemônica da família patriarcal como modelo de melhor família, reservando às mulheres a responsabilidade sobre as atividades domésticas e aos homens o trabalho na esfera pública. Há também a proposta de criação de uma legislação específica para as empresas terceiras, via Projeto de Lei 030/2015.

Convém destacar que a pesquisa de cunho feminista não se encerra neste texto, é necessário realizar outros estudos visando compreender o porquê de as mulheres serem submetidas ao patriarcalismo, em suas diversas formas e graus, a partir do entendimento do cotidiano das trabalhadoras que se deparam com a divisão sexual e social do trabalho.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ. Suzana. **O que é trabalho**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense; 1992.

DRUCK, Graças. Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, n 37, p. 11–22, jul./dez. 2002.

DRUCK, Graças; BORGES, Ângela. Terceirização: balanço de uma década. **Caderno CRH**, Salvador, n 37, p. 111-139, jul./dez. 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Caderno de Pesquisa**, v. 37, n° 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **O trabalho duplicado - a divisão sexual no trabalho e na reprodução**: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1987.

OLIVEIRA, Carlos Roberto de. **História do trabalho**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1995.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria de gênero na pesquisa histórica. **História**, v. 24, n° 01, p. 77-98, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Geografia**: introdução à ciência geográfica. São Paulo: Avercamp, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero e patriarcado: violência contra as mulheres. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTANA, Pedro Marques de. **Dependência e superexploração do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Brasília: IPEA, ABET, 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

Recebido em: Novembro de 2015

Aceito em: Dezembro de 2015